



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

212

Quinta Câmara Cível

Recurso de Agravo na Apelação nº 0332447-6 - Recife (22ª Vara Cível)

Agravante: Telemar Norte Leste S/A

Agravado(a): Eliezer de Souza Batista

Relator: Des. Jovaldo Nunes

EMENTA. AGRAVO CONTRA DECISÃO TERMINATIVA MONOCRÁTICA DO RELATOR QUE NEGOU SEGUIMENTO A RECURSO DE APELAÇÃO. PRELIMINARES DE ILEGITIMIDADE PASSIVA, DE INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL E DE PRESCRIÇÃO. REJEIÇÃO. MÉRITO. CONDIÇÃO DE ACIONISTA ADQUIRIDA PELO RECORRIDO EM FACE DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EFETUADA PELA EMPRESA DE TELEFONIA DE NATUREZA PRIVADA. DIREITO À SUBSCRIÇÃO DA QUANTIDADE DE AÇÕES EQUIVALENTES AO VALOR PATRIMONIAL DA DATA DA INTEGRALIZAÇÃO. RECONHECIMENTO. SÚMULA 371 DO STJ. RECURSO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. Não se observa, neste recurso, qualquer argumentação que venha ensejar a modificação da decisão combatida. **1) Preliminares:** i) quanto à ilegitimidade passiva: o entendimento do STJ é que a empresa sucessora da concessionária dos serviços de telefonia, que firmou o contrato de participação financeira possui legitimidade passiva para ser demandada em ações dessa natureza. Preliminar rejeitada; ii) quanto à incompetência da Justiça Estadual: o juiz estadual não tem competência para decidir quanto à formação de litisconsórcio necessário com ente federal, pois, somente à Justiça Federal é que compete decidir se o ente federal tem interesse no feito (Súmula 150 do STJ), mesmo porque, trata-se de pretensão de direito obrigacional dirigida contra uma concessionária do serviço de telefonia, empresa privada, sociedade anônima, sucessora de outra concessionária do serviço de telefonia, igualmente privada. Preliminar rejeitada; e iii) quanto à prescrição: o prazo prescricional a ser observado é o previsto no art. 177, do Código Civil/1916, uma vez que aplica-se ao caso a regra contida no art. 2.028 do Código Civil de 2002, segundo a qual "serão os da lei anterior os prazos, quando reduzidos por este Código, e se, na data de sua entrada em vigor, já houver transcorrido mais da metade do tempo estabelecido na lei revogada." Preliminar rejeitada. **2) Mérito:** Nos contratos de participação financeira para aquisição de linha telefônica, o Valor Patrimonial da Ação (VPA) é apurado com base no balancete do mês da integralização (SÚMULA 371, DO STJ). Portanto, o recorrido faz jus ao cálculo para definição do número de ações a que realmente tem direito, levando-se em conta o VPA (Valor Patrimonial da Ação) do balancete do mês do efetivo pagamento, a ser apurado em liquidação de sentença, momento em que a quantidade de ações que deixaram de ser subscritas serão contabilizadas.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a QUINTA CÂMARA



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

213

CIVEL do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade de votos, em **rejeitar as preliminares** arguidas e, no mérito, também à unanimidade de votos, **negar provimento** ao recurso interposto, na conformidade do voto do relator, que passa a integrar este julgado.

Recife, 02 de julho de 2014.


Des. Jovaldo Nunes Gomes
Relator



214

Quinta Câmara Cível

Recurso de Agravo na Apelação nº 0332447-6 - Recife (22ª Vara Cível)

Recorrente: Telemar Norte Leste S/A

Recorrido: Eliezer de Souza Batista

Relator: Des. Jovaldo Nunes

RELATÓRIO

Decisão agravada às fls. 179/183.

No primeiro grau foi proferida sentença na *Ação de Perfazimento Obrigacional de Subscrição Acionária e Perdas e Danos*, proposta por **Eliezer de Souza Batista** contra **Telemar Norte Leste S/A**, decisão essa que reconheceu a ilegitimidade passiva da TELEBRÁS e julgou procedente, em parte, o pedido da autora, condenando a empresa TELEMAR a subscrever as ações faltantes e os respectivos dividendos, ou, alternativamente, a pagar o equivalente em dinheiro, a diferença dos apurados entre a data da integralização do capital e a data atual da subscrição. Tudo apurável em liquidação de sentença.

Contra essa decisão foi interposta apelação, à qual, monocraticamente, neguei seguimento, mantendo a sentença em todos os seus termos, por já ter sido referida matéria objeto de ampla análise por esta Corte e pelo Superior Tribunal de Justiça.

Contra o julgado monocrático, a recorrente interpôs este recurso de agravo, objetivando a reforma da decisão singular desta Relatoria, alegando que o feito não poderia ter sido solucionado por decisão monocrática, pois a demanda versa sobre matéria fático-probatória, que impossibilita a aplicação do art. 557, do CPC, pelo que o recurso de apelação deverá ser julgado pela 5ª Câmara Cível. Afirmou que o julgamento monocrático pelo relator do feito fere o princípio do duplo grau de jurisdição; do devido processo legal; e do contraditório e da ampla defesa. Aduziu que é de competência da Câmara o julgamento de preliminares e da prejudicial de mérito suscitadas.

A agravante sustenta, ainda, que o cálculo do valor das ações devem ter por base o estipulado nas portarias vigentes na época da celebração dos contratos.

Pugna pela reforma da decisão recorrida para julgar improcedente a integralidade dos pleitos autorais.

Invoca, por fim, para fins de prequestionamento, a manifestação desta 5ª Câmara Cível acerca de dispositivos constitucionais e legais mencionados em sua peça.

É o Relatório.

Recife, 02 de julho de 2014.

Des. Jovaldo Nunes Gomes
Relator



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

215

Quinta Câmara Cível

Recurso de Agravo na Apelação nº 0332447-6 - Recife (22ª Vara Cível)

Agravante: Telemar Norte Leste S/A

Agravado(a): Eliezer de Souza Batista

Relator: Des. Jovaldo Nunes

VOTO

Presentes os requisitos de admissibilidade recursal, conheço do presente recurso e passo a apreciá-lo.

Não vislumbrando razões para exercer o juízo de retratação, submeto o feito à Colenda 5ª Câmara Cível.

A decisão agravada está vazada nos seguintes:

"DECISÃO TERMINATIVA. Sentença às fls. 99/102. (...) Relatado, decido: Presentes os requisitos de admissibilidade recursal, conheço do apelo e passo a apreciá-lo. Preliminarmente: 1)- **Ilegitimidade passiva da Telemar**: Alega a TELEMAR S/A, ora apelante, que não deve figurar no pólo passivo da demanda e que o contrato de participação financeira, objeto deste processo foi firmado e capitalizado diretamente com a TELEBRÁS e, não com qualquer outra operadora de telefonia incorporada pela concessionária no âmbito do procedimento de privatização do referido setor. Como se depreende dos autos (fls.10/17) o contrato, cujo objeto é a contratação de participação financeira em investimentos de serviço telefônico entre o apelado e a Telpe - Telecomunicações de Pernambuco, foi firmado com a antiga TELPE, e esta foi sucedida em todos os seus direitos e obrigações pela Tele Norte Leste - Telemar S/A, assim pode e deve a mesma figurar no pólo passivo da demanda como parte legítima.(...) Diante disso, rejeito a presente preliminar de ilegitimidade passiva da Telemar. 2)- **Competência da justiça federal e litisconsórcio necessário da União Federal**: A TELEMAR S/A alega a incompetência da justiça estadual de Pernambuco para processar a presente lide, objetivando que seja declinada a competência em prol da justiça federal, nos termos do art.109 da CF/88.É cediço que o litígio em apreço não desperta nenhum interesse da União Federal, vez que, trata única e exclusivamente do valor da subscrição de cotas societárias, portanto a competência é da justiça estadual. Ressalte-se que a competência da justiça federal é fixada em razão da pessoa, nos termos do art.109 da CF. No caso, o litígio envolve concessionária de serviço público, não se enquadrando em nenhuma daquelas hipóteses.(...). Por tais razões, superada e rejeitada resta a presente preliminar. **Da prescrição**: Aduz a TELEMAR S/A, ora apelante ter ocorrido a prescrição, pois defende ser a matéria regulada pela lei societária, incidindo, portanto, a prescrição de 3 anos para ajuizamento de ações por acionistas contra a companhia, qualquer que seja o seu fundamento. A presente lide trata de subscrição de ações incompletas e pagamento dos respectivos dividendos, portanto, os prazos prescricionais a serem observados nessas ações é o de vinte anos, conforme previsão do art.177 do CC/1916, cumulada com a regra estabelecida no art. 2028 do novo CC.



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

216

Portanto, não se aplica a prescrição trienal prevista no art. 288, II, g, da Lei de S.A., pois ainda que seja considerada acionista da empresa demandada a ora apelada não litiga contra ela nesta condição, mas sim como parte que teve um contrato inadimplido. Nesse sentido já se posicionou o STJ: AgRg no Resp 1071638/RS, Rel. Ministro Carlos Fernando Mathias. Dje 13/10/2008; Resp 822.914, Rel. Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, DJ 19/06/2006). Nos autos há documento (fl.11) que o apelado celebrou contrato de participação em setembro de 1988 e a ativação das ações só ocorreu em 1990, ocorrendo a propositura da ação em 25/04/2006, neste sentido entendo que não ocorreu a prescrição. **Do mérito.** Ultrapassada as questões preliminares, a presente lide trata de subscrição de ações incompletas e pagamentos dos respectivos dividendos, cujo ponto nodal é declarar se a forma de cálculo para subscrição das ações constante na portaria ministerial e no contrato de adesão firmado entre as partes atende ao equilíbrio contratual. (...) Por tudo, resta comprovado que o procedimento adotado pela empresa TELEMAR no sentido de deixar transcorrer o período de 01 (um) ano para subscrever as ações adquiridas pela autora e, só a partir, desta data lhe pagar os dividendos lhe impôs prejuízo financeiro pelo o qual deve se responsabilizar, diante do comprovado dano provocado. POSTO ISTO, Quanto à empresa TELEBRÁS, com fundamento no artigo 285-A do C.P.C., dispense a citação da mesma, e ainda, na forma do artigo 267, inciso VI do C.P.C., EXTINGO o processo, Sem Resolução de Mérito. Tenho por PROCEDENTE, em parte, o pedido da autora, com Resolução de Mérito, na forma do artigo 269, inciso I do C.P.C., para reconhecer o seu direito a receber as ações que não lhe foram subscritas e os respectivos dividendos, com base no valor patrimonial das ações (VPA) vigente na data da integralização, pelo que, via de consequência, CONDENO a empresa TELEMAR ao cumprimento da obrigação ora reconhecida em favor da autora, ou alternativamente, pagar o equivalente em dinheiro, a diferença dos dividendos apurados entre a data da integralização do capital e a data da subscrição contratual, que deverá ser apurado em liquidação de sentença. Tenho por IMPROCEDENTE os pedidos no que se referem aos dividendos dos últimos 20 (vinte) anos e seus acréscimos legais, por falta de fundamentação jurídica e indeterminação do pedido, bem como, e a aquisição de Ações da TIM, por ser estanho a causa de pedir e sem amparo legal. CONDENO a empresa TELEMAR, sucumbente, nas custas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10 (dez) por cento sobre o valor apurado quando da liquidação da sentença. (...) (grifei) Compulsando os autos, verifico que o apelado, quando da propositura da ação, juntou a documentação de fls.10/16 onde resta comprovada a relação jurídica envolvendo ambas as partes litigantes. Destarte, não tendo a parte apelante carreado aos autos prova dos fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito do autor/apelado, entendo que agiu acertadamente o magistrado sentenciante ao julgar procedentes os pedidos constantes na exordial. Assim sendo, tem-se que o valor patrimonial será apurado no mês equivalente à data da integralização. (...) 4. Mérito. Aos contratos de participação financeira, cuja pretensão é a complementação acionária, aplica-se o Código de Defesa do Consumidor. Precedentes do STJ.5. In casu, comprovada a relação jurídica entre ambas as partes litigantes e, não tendo a parte apelante carreado aos autos prova do fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor/apelado, este faz jus ao cálculo para definição do número de ações a que realmente tem direito,



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

217

levando-se em conta o VPA do balancete do mês do efetivo pagamento, a ser apurado em liquidação de sentença.6. O valor patrimonial será apurado no mês equivalente à data da integralização.(...). Na situação dos autos, a TELEMAR S/A não provou que fazia a subscrição das ações no mesmo exercício financeiro em que era efetuado o pagamento pelo apelado. Assim, é patente a situação de desequilíbrio contratual sofrida pelo recorrido, sendo imperioso restabelecer o equilíbrio entre as prestações a fim de evitar a lesão patrimonial do apelado, bem como em respeito aos princípios do equilíbrio contratual e da vedação do enriquecimento ilícito. Ressalte-se que a matéria resta sedimentada no teor da Súmula 371 do Superior Tribunal de Justiça: "**nos contratos de participação financeira para aquisição de linha telefônica, o Valor Patrimonial da Ação (VPA) é apurado com base no balancete do mês da integralização.**" Outrossim, o alegado fato do príncipe não aproveita o pretense direito a apelante em subscrever as ações e pagar os dividendos com base em mês diferente ao da integralização do capital. Portanto, resta claro que o apelado faz jus ao cálculo para definição do número de ações a que realmente tem direito, levando-se em conta o VPA (Valor Patrimonial da Ação) do balancete do mês do efetivo pagamento, a ser apurado em liquidação de sentença, momento em que a quantidade de ações que deixaram de ser subscritas serão contabilizadas. Assim, não vislumbro qualquer fundamento para reforma da decisão do magistrado, tendo em vista que o mesmo agiu com extremo senso de justiça e dentro da legalidade, respaldado pelo entendimento jurisprudencial desta Corte e do Superior Tribunal de Justiça. Ante o exposto, considerando que a sentença está em conformidade com a jurisprudência do STJ, **NEGO SEGUIMENTO** ao apelo, o que faço com fundamento no art. 557, do Código de Processo Civil, c/c o art. 74, inciso VIII, do RITJ de Pernambuco, mantendo-se em todos os seus termos a sentença vergastada.(...)"(grifei)

Não se observa, neste recurso, qualquer argumentação que venha ensejar a modificação da decisão combatida.

Em relação às preliminares arguidas, assim como dito na decisão vergastada, entendo que: i) **quanto à ilegitimidade passiva**: o entendimento do STJ é que a empresa sucessora da concessionária dos serviços de telefonia, que firmou o contrato de participação financeira possui legitimidade passiva para ser demandada em ações dessa natureza; ii) **quanto à incompetência da Justiça Estadual**: o juiz estadual não tem competência para decidir quanto à formação de litisconsórcio necessário com ente federal, pois, somente à Justiça Federal é que compete decidir se o ente federal tem interesse no feito (Súmula 150 do STJ), mesmo porque, trata-se de pretensão de direito obrigacional dirigida contra uma concessionária do serviço de telefonia, empresa privada, sociedade anônima, sucessora de outra concessionária do serviço de telefonia, igualmente privada; e iii) **quanto à prescrição**: o prazo prescricional a ser observado é o previsto no art. 177, do Código Civil/1916, uma vez que aplica-se ao caso a regra contida no art. 2.028 do Código Civil de 2002, segundo a qual "serão os da lei anterior os prazos, quando reduzidos por este Código, e se, na data de sua entrada em vigor, já houver transcorrido mais da metade do tempo estabelecido na lei revogada."

No mérito, também entendo que a decisão combatida deve ser mantida, uma vez que a recorrente não carrou aos autos prova dos fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito do autor.



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

218

Ante o exposto, voto no sentido de **negar provimento** ao recurso, mantendo a decisão recorrida por seus próprios fundamentos.

É como voto.


Des. Jovaldo Nunes Gomes
Relator